
DECRETOS | VETOS | MENSAGEM PR | LEIS

**DECRETOS | VETOS |
MENSAGEM PR | LEIS**

FICHA TÉCNICA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP

Título:

DECRETOS | VETOS | MENSAGEM PR | LEIS

Pesquisa efetuada por:

Lisete Gravito

Arranjo e Composição Gráfica:

Rosário Campos

Coleção LEGISLAÇÃO n.º 35

Data de publicação:

Outubro de 2015

Data de atualização:

Outubro de 2015

AVISO LEGAL E DIREITOS DE AUTOR

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2015. Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

ÍNDICE – Cronológico

NOTA	13
I LEGISLATURA - (1976 - 1980)	17
DECRETO N.º 19/I	17
DECRETO N.º 93/I	17
DECRETO N.º 185/I	18
DECRETO N.º 205/I	18
DECRETO N.º 238/I	18
DECRETO N.º 252/I	19
DECRETO N.º 261/I	19
DECRETO N.º 284/I	19
DECRETO N.º 287/I	20
DECRETO N.º 322/I	20
II LEGISLATURA - (1980 - 1983)	21
DECRETO N.º 20/II	21
DECRETO N.º 40/II	21
DECRETO N.º 41/II	21
DECRETO N.º 80/II	22
DECRETO N.º 86/II	22
DECRETO N.º 90/II	22
III LEGISLATURA - (1983 - 1985)	23
DECRETO N.º 116/III	23
IV LEGISLATURA - (1985 - 1987)	25
DECRETO N.º 44/IV	25
DECRETO N.º 61/IV	25
DECRETO N.º 80/IV	25
V LEGISLATURA - (1987 - 1991)	27
DECRETO N.º 81/V	27
DECRETO N.º 83/V	27
DECRETO N.º 99/V	27
DECRETO N.º 127/V	28
DECRETO N.º 132/V	28
DECRETO N.º 241/V	28
DECRETO N.º 293/V	29
DECRETO N.º 302/V	29
DECRETO N.º 317/V	30
DECRETO N.º 335/V	30
DECRETO N.º 356/V	30
VI LEGISLATURA - (1991 - 1995)	31
DECRETO N.º 12/VI	31
DECRETO N.º 120/VI	31
DECRETO N.º 126/VI	32
DECRETO N.º 128/VI	32
DECRETO N.º 129/VI	32
DECRETO N.º 130/VI	33
DECRETO N.º 161/VI	33
DECRETO N.º 174/VI	34

DECRETO Nº 177/VI	34
DECRETO Nº 178/VI	35
DECRETO Nº 266/VI	35
DECRETO Nº 271/VI	35
VII LEGISLATURA - (1995 - 1999)	37
DECRETO Nº 58/VII	37
DECRETO Nº 190/VII	37
DECRETO Nº 196/VII	38
DECRETO Nº 235/VII	38
DECRETO Nº 415/VII	38
VIII LEGISLATURA - (1999 - 2002)	39
DECRETO Nº 25/VIII	39
DECRETO Nº 146/VIII	39
DECRETO Nº 185/VIII	39
DECRETO Nº 189/VIII	40
DECRETO Nº 192/VIII	40
DECRETO Nº 197/VIII	40
IX LEGISLATURA - (2002 -2005)	41
DECRETO Nº 3/IX	41
DECRETO Nº 18/IX	41
DECRETO Nº 30/IX	42
DECRETO Nº 50/IX	42
DECRETO Nº 51/IX	42
DECRETO Nº 76/IX	43
DECRETO Nº 157/IX	43
DECRETO Nº 184/IX	43
RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 74-A/2004 DE 19 DE NOVEMBRO	44
X LEGISLATURA - (2005 - 2009)	45
DECRETO Nº 52/X	45
DECRETO Nº 121/X	45
DECRETO Nº 130/X	45
DECRETO Nº 139/X	46
DECRETO Nº 150/X	46
DECRETO Nº 160/X	46
DECRETO Nº 173/X	47
DECRETO Nº 204/X	47
DECRETO Nº 217/X	48
DECRETO Nº 232/X	48
DECRETO Nº 255/X	48
DECRETO Nº 261/X	49
DECRETO Nº 265/X	49
DECRETO Nº 285/X	49
DECRETO Nº 292/X	50
DECRETO Nº 349/X	50
XI LEGISLATURA - (2009 - 2011)	51
DECRETO Nº 1/XI	51
DECRETO Nº 68/XI	51
XII LEGISLATURA - (2011 – 2015).....	53

DECRETO Nº 37/XII	53
DECRETO Nº 60/XII	53
DECRETO Nº 61/XII	53
DECRETO Nº 128/XII	54
DECRETO Nº 132/XII	54
DECRETO Nº 136/XII	55
DECRETO Nº 177/XII	55
DECRETO Nº 187/XII	56
RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 6-A/2014 DE 20 DE JANEIRO	56
DECRETO Nº 262/XII	57
DECRETO Nº 264/XII	57
DECRETO Nº 320/XII	58
DECRETO Nº 369/XII	58
DECRETO Nº 426/XII	59
QUADROS	61
I LEGISLATURA - (1976 - 1980)	61
II LEGISLATURA - (1980 - 1983)	61
III LEGISLATURA - (1983 - 1985)	62
IV LEGISLATURA - (1985 - 1987)	62
V LEGISLATURA - (1987 - 1991)	63
VI LEGISLATURA - (1991 - 1995)	63
VII LEGISLATURA - (1995 - 1999)	64
VIII LEGISLATURA - (1999 - 2002)	64
IX LEGISLATURA - (2002 - 2005)	65
X LEGISLATURA - (2005 - 2009)	65
XI LEGISLATURA - (2009 - 2011)	66
XII LEGISLATURA - (2011 – 2015).....	66

A

Administração Central, Regional e Local	19
Administração Pública	43, 55
Adoção	56
Alta Autoridade para a Comunicação Social	28
Alto cargo público	45
Alto Servidor do Estado	21
Amnistia	17, 18
Aposentação	56
Assembleia da República	18, 35, 45, 49, 50
Associativismo autárquico	54
Ato cirúrgico	51
Autarquia local	22, 30, 45, 54

B

Baldio	28, 30
--------------	--------

C

Caixa Geral de Aposentação	56
Campanha eleitoral	49
Carreira profissional	47
Casal do mesmo sexo	56
Centenário (IV)	19
Co adoção	56
Código Administrativo	55
Código da Propriedade Industrial	40
Código de Procedimento e de Processo Tributário	46
Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos	58
Código do Registo Civil	51
Código do Trabalho	42, 48
Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social	57
Código Penal	40, 58
Comissão de trabalhadores	17
Competência	28, 54
Comunicação Social	28, 49
Constituição para a Europa	44
Consumo	39
Contrato de trabalho	27, 29, 43
Contribuição de sustentabilidade	57
Controlo riqueza	34
Convergência	56
Corrupção	32
Crime político	17
Criminalidade económica e financeira	32

D

Defesa Nacional	22
Delimitação de setores	19
Deputado	21
Desporto	54
Direito de asilo	32
Direito de Autor	58
Divórcio	48
Documento de identificação	33
Domínio público hídrico	42
Droga	39

E

Educação.....	39, 43
Eleição Autárquica.....	22
Empresa pública.....	27
Enquadramento.....	25
Enriquecimento ilícito.....	53
Enriquecimento injustificado.....	58
Ensino superior.....	37
Entidade intermunicipal.....	54
Escola superior de enfermagem.....	39
Estatuto da Aposentação.....	56
Estatuto da Radiodifusão.....	19
Estatuto de refugiado.....	32
Estatuto do Jornalista.....	45
Estatuto dos Deputados.....	21
Estatuto dos magistrados judiciais.....	31
Estatuto dos tribunais administrativos e fiscais.....	35
Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.....	20, 29
Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.....	25, 48
Estatuto remuneratório.....	23
Estupefaciente.....	39

F

Férias.....	29
Finanças regionais.....	39
Financiamento.....	49
Forças Armadas.....	22
Formulário dos diplomas.....	38
Freguesia.....	53
Função pública.....	47, 55, 56

G

Gás de petróleo liquefeito (GPL).....	53
Gás natural comprimido e liquefeito (GN).....	53
Guarda Nacional Republicana.....	46

I

IC1.....	38
Impedimento.....	45
Imposto sobre o Valor Acrescentado.....	40, 57
Imprensa.....	34
Incompatibilidade.....	45
Infração de natureza política.....	18
Infração disciplinar.....	17
Instituto Politécnico da Saúde.....	39
Internamento.....	51
Investimento.....	19
IP6.....	38

L

Lei da Paridade.....	45
Lei de imprensa.....	34
Lei eleitoral das autarquias locais.....	30
Lei eleitoral para a Assembleia da República.....	18, 35, 49
Lei eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira.....	27
Lei eleitoral para o Parlamento Europeu.....	28
Lei Geral Tributária.....	46

Lei-quadro	35, 43
Licenciamento	25
Lisboa	53
Luís de Camões	19
M	
Magistrado judicial	31
Menor	29
Ministério Público	31
Morte	19
Mudança de sexo	51
Município	43
O	
Objeção de consciência	30
Orçamento do Estado	25, 51
Organização administrativa	53
P	
Paridade	45
Parlamento Europeu	28, 45
Partido político	42, 49
Pluralismo	49
Polícia Judiciária	47
Portagem	38
Procriação medicamente assistida	38
Propriedade Industrial	40
Proteção social	56, 57
R	
Radiodifusão	19, 25
Recenseamento dos cidadãos no estrangeiro	20
Recenseamento Eleitoral	22
Recursos humanos	55
Reduções remuneratórias temporárias	57
Referendo	44, 56
Reforma Agrária	18
Região administrativa	37
Região Autónoma da Madeira	20, 27, 29
Região Autónoma dos Açores	25, 48
Regime Geral das Infrações Tributárias	46
Regime jurídico	27, 39, 42, 43, 45, 48, 54, 55, 59
Remuneração	47
Rendimento mínimo garantido	41
Rendimento social de inserção	41
Requalificação de trabalhadores da Administração Pública	55
Responsabilidade civil extracontratual do Estado	46
Riqueza	34
S	
Segredo de Estado	32, 50
Segurança social	56, 57
Serviço militar	30
Sexo	45, 51, 56
Sistema de educação	43
Sistema de Informação da República Portuguesa	35, 59
Sistema previdencial de segurança social	57
Sociedade anónima	27

Substância psicotrópica	39
T	
Taxa contributiva.....	57
Taxa moderadora	51
Televisão	41
Titular de cargo político	23, 34, 45
Trabalho de menores	29
Transexual.....	51
Transferência de competências.....	54
Tribunais administrativos e fiscais	35
Tribunal Arbitral do Desporto.....	54
Tribunal de Contas	33
U	
União de facto	50, 56
V	
Vagas.....	37
Vencimento	21
Vínculo.....	47

NOTA

O decreto da Assembleia da República consiste no texto final, resultante da aprovação dos projetos e propostas de lei e das apreciações parlamentares em votação final global, em Plenário. É enviado pelo Presidente da Assembleia da República ao Presidente da República para promulgação ou veto.

O Presidente da República tem vinte dias, a contar da data da receção do decreto, para o promulgar ou exercer o direito de veto. Na situação do exercício do direito de veto, solicita ao Parlamento nova apreciação do diploma em mensagem fundamentada.

Para além deste direito de veto, designado por veto político, que ocorre sempre que o Presidente da República se reporta ao mérito e oportunidade política das medidas legislativas, pode igualmente ser exercido o veto jurídico ou por inconstitucionalidade, que consiste na faculdade que assiste ao Presidente da República de requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade de qualquer norma constante no decreto, no prazo de oito dias a contar da receção do diploma, ou no caso de decretos que devam ser promulgados como leis orgânicas, a contar da data de envio pelo Presidente da Assembleia da República.

O Tribunal Constitucional terá de se pronunciar no prazo de vinte e cinco dias, podendo esse prazo ser encurtado, a pedido do Presidente da República, por motivos de urgência.

O presente trabalho tem por finalidade dar uma visão de todos os decretos da Assembleia da República vetados pelo Presidente da República, no exercício do direito de veto político ou jurídico, no período que decorre da I à XII Legislaturas.

Para além da quantificação dos decretos vetados, faz-se também referência à sua publicação em Diário da Assembleia da República (DAR), às iniciativas legislativas que estiveram na sua origem, às mensagens fundamentadas, publicadas nas I e II S do DAR e às respetivas leis.

Visa ainda apresentar por legislatura, sob a forma de quadros, o total de projetos e propostas de lei, apreciações parlamentares, decretos e decretos vetados.

Do período de tempo analisado, conclui-se o seguinte:

- I Legislatura que decorreu de 3 de junho de 1976 a 12 de novembro 1980, sendo à época Presidente da República Ramalho Eanes, foram vetados 10 decretos, 4 pelo exercício do veto político, 6 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- II Legislatura que decorreu de 13 de novembro de 1980 a 30 de maio 1983, sendo à época Presidente da República Ramalho Eanes, foram vetados 6 decretos, 4 pelo exercício do veto político, 2 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.

- III Legislatura que decorreu de 31 de maio 1983 a 3 de novembro de 1985, sendo à época Presidente da República Ramalho Eanes, foi vetado 1 decreto, pelo exercício do direito de veto político.
- IV Legislatura que decorreu de 4 de novembro de 1985 a 12 de agosto de 1987, sendo à época Presidente da República Mário Soares, foram vetados 3 decretos, 2 pelo exercício do veto político, 1 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- V Legislatura que decorreu de 13 de agosto de 1987 a 3 de novembro de 1991, sendo à época Presidente da República Mário Soares, foram vetados 11 decretos, 2 pelo exercício do veto político, 9 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- VI Legislatura que decorreu de 4 de novembro de 1991 a 26 de outubro de 1995, sendo à época Presidente da República Mário Soares, foram vetados 12 decretos, 5 pelo exercício do veto político, 7 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- VII Legislatura que decorreu de 27 de outubro de 1995 a 24 de outubro de 1999, sendo à época Presidente da República Jorge Sampaio, foram vetados 5 decretos, 3 pelo exercício do veto político, 2 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- VIII Legislatura que decorreu de 25 de outubro de 1999 a 4 de abril de 2002, sendo à época Presidente da República Jorge Sampaio, foram vetados 6 decretos, 5 pelo exercício do veto político, 1 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- IX Legislatura que decorreu de 5 de abril de 2002 a 9 de março de 2005, sendo à época Presidente da República Jorge Sampaio, foram vetados 9 decretos, 2 pelo exercício do veto político, 7 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.¹
- X Legislatura que decorreu de 10 de março de 2005 a 14 de outubro de 2009, sendo à época Presidente da República Cavaco Silva, foram vetados 16 decretos, 10 pelo exercício do veto político, 6 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.
- XI Legislatura que decorreu de 15 de outubro de 2009 a 19 de junho de 2011, sendo à época Presidente da República Cavaco Silva, foram vetados 2 decretos, 2 pelo exercício do veto político.

¹ Optou-se por incluir, na presente contagem, como decreto vetado o veto por inconstitucionalidade da Resolução da Assembleia da República n.º 74-A/2004, de 19 de novembro, relativa ao referendo sobre a Constituição para a Europa

- XII Legislatura que decorreu de 20 de junho de 2011 a 22 de outubro de 2015, sendo à época Presidente da República Cavaco Silva, foram vetados 14 decretos, 3 pelo exercício do veto político, 11 pelo exercício do veto por inconstitucionalidade.²

Por último, refira-se que tanto no trabalho, como nos quadros não foram contabilizados os vetos à 2.^a e 3.^a versões dos decretos novamente apreciados.

Os utilizadores da Intranet da Assembleia da República podem consultar a versão eletrónica deste documento em: <http://arnet/sites/dsdic/DILP/DILPArquivo/Dossiers%20de%20Informação/VETOS.pdf>

² Optou-se por incluir, na presente contagem, como decreto vetado, o veto por inconstitucionalidade da Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014, de 20 de janeiro, relativa à realização de um referendo sobre a possibilidade de co ato pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo ou unidos de facto.

DECRETOS / VETOS / ORIGEM / MENSAGEM - PR / LEI

I LEGISLATURA - (1976 - 1980)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(14 de julho de 1976 - 9 de março de 1986)

DECRETO N.º 19/I

PUBLICAÇÃO: DAR n.º 63/I/1-2º Supl., de 31 de dezembro de 1976 – pág. 2094 - (10) - 2094-(11)

ORIGEM: RAT n.º 3/I/1 (CDS)

ASSUNTO: Amnistia dos crimes políticos e infrações disciplinares da mesma natureza cometidos desde 25 de Abril

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR n.º 69/I/1 de 29 de janeiro de 1977 – pág. 2255

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1976

DECRETO N.º 93/I

PUBLICAÇÃO: DAR n.º 140/I/1-3º Supl., de 11 de agosto de 1977 – pág. 5184 - (42) - 5184-(48)

ORIGEM: PJI n.º 8/I/1 (PCP) e PPL n.º 43/I/1 (I Governo Constitucional -1º Ministro Mário Soares)

ASSUNTO Comissões de trabalhadores

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 244/77, de 4 de outubro - DR I S n.º 230

Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 93/I³

³ Nos termos dos art.ºs 281º n.º 1 e 284º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

DECRETO N.º 185/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 8/I/3, de 10 de novembro de 1978 - pág. 59-83

ORIGEM: PJI n.º 125/I/2 (PCP), PJI n.º 126/I/2 (PCP), PJI n.º 129/I/2 (PS) e PJI n.º 130/I/2 (UDP)

ASSUNTO: Lei eleitoral para a Assembleia da República

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 19/I/3, de 20 de dezembro de 1978 - pág. 637

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO n.º 238/78, de 21 de Dezembro - DR I S n.º 292

Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 185/I³

DECRETO N.º 205/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 54/I/3, de 27 de abril de 1979 - pág. 54

ORIGEM: PJI n.º 237/I/3 (PS)

ASSUNTO: Amnistia de infrações de natureza política

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 71/I/3, de 6 de junho de 1979 - pág. 2536 - 2538

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do no n.º 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 172/79, de 7 de junho - DR I S n.º 139

Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução não se pronuncia pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 205³

LEI n.º 74/79, de 23 de novembro - DR I S n.º 271

DECRETO N.º 238/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 93/I/3, de 28 de julho de 1979 - pág. 2138-2141

ORIGEM: PJI n.º 267/I/3 (PS)

ASSUNTO: Alteração às Bases Gerais da Reforma Agrária (Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro)

VETO: Ofício do Presidente da República de 30 de outubro de 1979

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 284 /79, de 21 de setembro - DR I S n.º 219

Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução não se pronuncia pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 238³

³ Nos termos dos art.ºs 281º n.º 1 e 284º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

DECRETO N.º 252/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 95/I/3 - Supl., de 10 de agosto de 1979 - pág. 2181-2183

ORIGEM: P JL n.º 297/I/3 (PCP)

ASSUNTO: Delimitação e coordenação das Administrações Central, Regional e Local, relativamente aos respetivos investimentos

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 283/79, de 21 de Setembro - DR I S n.º 219
Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 252 ³

DECRETO N.º 261/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 100/I/3, de 25 de agosto de 1979 - pág. 2246-2256

ORIGEM: P JL n.º 236/I/3 (PS)

ASSUNTO: Estatuto da radiodifusão portuguesa. EP

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 300/79, de 16 de outubro - DR I S n.º 239
Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade do Decreto da AR n.º 261 ³

DECRETO N.º 284/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 45/I/4, de 16 de abril de 1980 - pág. 635

ORIGEM: RAT n.º 202/I/4 (PSD)

ASSUNTO: Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 513-A/79, de 24 de dezembro (Determina que o IV Centenário da Morte de Luís de Camões seja comemorado durante todo o ano de 1980 e com início a 1 de janeiro)

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S n.º 56/I/4, de 14 de maio de 1980 - pág. 870

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 52/80, de 14 de fevereiro - DR I S n.º 38 ³

³ Nos termos dos art.ºs 281.º n.º 1 e 284.º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

DECRETO Nº 287/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 57/I/4 - Supl., de 16 de maio de 1980 – pág. 912

ORIGEM: PJI nº 455/I/4 (PSD, CDS e PPM)

ASSUNTO: Processo de recenseamento dos cidadãos residentes no estrangeiro

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S nº 67/I/4, de 3 de junho de 1980 - pág. 1110-1113

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO Nº 201/80, de 11 de junho - DR I S nº 133
Precedendo parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se, pela inconstitucionalidade do Decreto da Assembleia da República n.º 287/I³

DECRETO Nº 322/I

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 79/I/4 - Supl., de 28 de junho de 1980 – pág. 39-50

ORIGEM: PPL nº 295/I/4 (Assembleia Legislativa Regional da Madeira)

ASSUNTO: Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma da Madeira

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da Mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO Nº 293/80, de 20 de agosto - DR I S nº 191
Precedendo Parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade do Decreto da AR nº 322/I³

³ Nos termos dos art.ºs 281º nº 1 e 284º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

II LEGISLATURA - (1980 - 1983)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(14 de julho de 1976 - 9 de março de 1986)

DECRETO Nº 20/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 89/II/1, de 27, de junho de 1981 - Pág. 2980-2981

ORIGEM: PPL nº 20/II/1 (VII Governo Constitucional - 1º Ministro Pinto Balsemão)

ASSUNTO: Altera a Lei n.º 46/77, de 8 de julho, sobre a delimitação da atividade económica entre o sector público e o sector privado

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO Nº 163/81, de 24 de julho - DR I S nº 168

Precedendo parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se, pela inconstitucionalidade do Decreto da Assembleia da República n.º 20/II ³

DECRETO Nº 40/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 95/II/1, de 11 de julho de 1981 - pág. 3168

ORIGEM: PJI nº 223/II/1 (PS)

ASSUNTO: Vencimento dos mais altos servidores do Estado

VETO: Ofício n.º 2150 do Presidente da República, de 31 de julho de 1981

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1976

DECRETO Nº 41/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 95/II/1, de 11 de julho de 1981 - pág. 3168-3172

ORIGEM: PJI nº 245/II/1 (PSD, CDS e PPM)

ASSUNTO: Alteração da Lei n.º 5/75, de 10 de setembro (Estatuto dos Deputados)

VETO: Ofício n.º 2150 do Presidente da República, de 31 de julho de 1981

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1976

³ Nos termos dos art.ºs 281º nº 1 e 284º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

DECRETO N.º 80/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 111/II/2, de 24 de junho de 1982 - pág. 2033-2053

ORIGEM: PPL n.º 68/II/2 (VIII Governo Constitucional -1.º Ministro Pinto Balsemão)

ASSUNTO: Lei do Recenseamento Eleitoral

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 124/II/2, de 22 de julho de 1982 - pág. 5242-5243

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 4 do artigo 277.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 122/82, de 27 de julho - DR I S n.º 171
Precedendo parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução pronuncia-se, pela inconstitucionalidade do Decreto da Assembleia da República n.º 80/II ³

DECRETO N.º 86/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 132/II/2, de 28 de julho de 1982 - pág. 2327-2369

ORIGEM: PPL n.º 81/II/2 (VIII Governo Constitucional -1.º Ministro. Pinto Balsemão)

ASSUNTO: Eleições Autárquicas

VETO: Ofício n.º 4220 do Presidente da República, de 7 de setembro de 1982

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Constituição da República Portuguesa 1976

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO N.º 160/82, de 2 de setembro - DR I S n.º 203
Precedendo parecer da Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução resolveu não se pronunciar pela inconstitucionalidade do Decreto n.º 86/II ³

DECRETO N.º 90/II

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 8/II/3, de 5 de novembro de 1982 - pág. 109-126

ORIGEM: PPL n.º 129/II/2 (VIII Governo Constitucional -1.º Ministro Pinto Balsemão)

ASSUNTO: Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

VETO: Mensagem do Presidente da República – publicação DAR II S n.º 17/II/3, de 23 de novembro de 1982

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Constituição da República Portuguesa 1982

LEI n.º 28/82, de 11 de dezembro - DR I S n.º 285

³ Nos termos dos art.ºs 281.º n.º 1 e 284.º da Constituição da República Portuguesa de 1976 competia ao Conselho da Revolução a apreciação da constitucionalidade das normas, e se este se pronunciasse pela inconstitucionalidade a Comissão Constitucional, obrigatoriamente, emitia parecer fundamentado.

III LEGISLATURA - (1983 - 1985)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(14 de julho de 1976 - 9 de março de 1986)

DECRETO Nº 116/III

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 57/III/2, de 15 de fevereiro de 1985 - pág. 1753-1758

ORIGEM: PPL nº 88/III/2 (IX Governo Constitucional -1º Ministro Mário Soares)
e PJP nº 400/III/2 (CDS)

ASSUNTO: Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 49/III/2, de 22 de fevereiro de 1985 - pág. 2079-2080

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1982

LEI nº 4/85, de 9 de abril - DR I S nº 82

IV LEGISLATURA - (1985 - 1987)

Presidente da República - António Ramalho Eanes (14 de julho de 1976 - 9 de março de 1986)
/ Mário Alberto Nobre Lopes Soares (9 de março de 1986 - 9 de março de 1996)

DECRETO N.º 44/IV

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 98/IV/1, de 19 de agosto de 1986 - pág. 3710-3715

ORIGEM: PPL n.º 33/IV/1 (Assembleia Regional dos Açores)

ASSUNTO: Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S n.º 99/IV/1, de 5 de setembro de 1986 - pág. 3783-3784

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Constituição da República Portuguesa 1982

LEI n.º 9/87, de 26 de março - DR I S n.º 71

DECRETO N.º 61/IV

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 32/IV/2, de 21 de janeiro de 1987 - pág. 1571-1578

ORIGEM: PPL n.º 24/IV/1 (X Governo Constitucional -1.º Ministro Cavaco Silva)
e PJI n.º 142/IV/1 (PS)

ASSUNTO: Licenciamento das estações emissoras de radiodifusão

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 34/IV/2, de 23 de janeiro de 1987 - pág. 1355

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Constituição da República Portuguesa 1982

LEI N.º 8/87, de 11 de março - DR I S n.º 58

DECRETO N.º 80/IV

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 74/V/2, de 22 de maio de 1987 - pág. 2971-2978

ORIGEM: PJI n.º 48/IV/2 (PCP), PJI n.º 92/IV (CDS) e PJI n.º 94/IV/1 (PS)

ASSUNTO: Lei de enquadramento do Orçamento do Estado

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 205/87, de 3 de julho - DR I S n.º 150 ⁴

⁴ Com a revisão constitucional de 1982, de acordo com os art.ºs 277.º e seguintes da Constituição da República Portuguesa e da lei orgânica do Tribunal Constitucional (lei n.º 28/82 de 15 de novembro com alterações), o Tribunal Constitucional passou a ser a entidade competente para apreciar a constitucionalidade das normas.

V LEGISLATURA - (1987 - 1991)

Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares
(9 de março de 1986 – 9 de março de 1996)

DECRETO Nº 81/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 70/V/1, de 30 de abril de 1988 - pág. 1306-1307

ORIGEM: PPL nº 35/V (XI Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Autoriza o Governo a rever o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho a termo e o regime processual da suspensão e redução da prestação do trabalho

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S nº 82/V/1 - Supl., de 11 de junho de 1988 - pág. 1588- (2) – 1588- (3)

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACORDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 107/88, de 21 de junho - DR I S nº 141

DECRETO Nº 81/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 97/V/1, de 22 de julho de 1988 - pág. 1825-1826

LEI Nº 107/88, de 17 de setembro - DR I S nº 216

DECRETO Nº 83/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 70/V/1, de 30 de abril de 1988 - pág. 1308-1309

ORIGEM: PPL nº 18/V/1 (XI Governo Constitucional - 1º Ministro. Cavaco Silva)

ASSUNTO: Transformação das empresas públicas em sociedades anónimas

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S nº 82/V/1 - Supl., de 11 de junho de 1988 - pág. 1588- (31) – 1588- (32)

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACORDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 108/88, de 25 de junho - DR I S nº 145

DECRETO Nº 83/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S n.º 88/V/1, de 30 de junho de 1988 - pág. 1646

LEI Nº 84/88, de 20 de julho - DR I S nº 166

DECRETO Nº 99/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S nº 94/V/1, de 16 de julho de 1988 - pág. 1730

ORIGEM: PPL nº 57/V/1 (Assembleia Legislativa Regional da Madeira)

ASSUNTO: Alteração ao sistema eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 183/88, de 18 de agosto - DR I S nº 190

DECRETO Nº 127/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 13/V/2, de 6 de janeiro de 1989 - pág. 450-451

ORIGEM: PPL nº 52/V/1 (XI Governo Constitucional - 1º Ministro. Cavaco Silva)

ASSUNTO: Alteração à Lei nº 14/87, de 29 de abril (lei eleitoral para o Parlamento Europeu)

VETO: Leitura mensagem do Presidente da República – publicação DAR II S A nº 17/V/2, de 27 de janeiro de 1989 - pág. 502

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1982

DECRETO Nº 127/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 23/V/2, de 11 de março de 1989 - pág. 694

NOVO VETO: Leitura mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 59/V/2, de 7 de abril de 1989 - pág. 2046

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 320/89, de 4 de abril - DR I S nº 78

DECRETO Nº 132/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 23/V/2, de 11 de março de 1989 - pág. 694-695

ORIGEM: PJI nº 64/V/1 (CDS) e PJI nº 90/V/1 (PSD)

ASSUNTO: Baldios

VETO: Leitura mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 59/V/2, de 7 de abril de 1989 - pág. 2046

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1982

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 325/89, de 17 de abril - DR I S nº 89

DECRETO Nº 241/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 30/V/3, de 30 de março de 1990 - pág. 1060-1064

ORIGEM: PPL nº 126/V/3 (XI Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Atribuições, competências, organização e o funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social

VETO: Leitura da mensagem Presidente da República - DAR I S nº 66/V/3, de 26 de abril de 1990 - pág. 2247

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1982

DECRETO Nº 241/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 41/V/3, de 16 de maio de 1990 - pág. 1328

LEI Nº 15/90, de 30 de junho - DR I S nº 149

DECRETO N.º 293/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 15/V/4, de 18 de dezembro de 1990 - pág. 294-303

ORIGEM: PPL n.º 134/V/3 (Assembleia Legislativa Regional da Madeira)

ASSUNTO: Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR IS n.º 36/V/4, de 31 de janeiro de 1991 - pág. 1188

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 1/91, de 28 de fevereiro - DR I S A n.º 49

NOVO VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR IS n.º 54/V/4, de 15 de março de 1991 - pág. 1730-1731

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1989

DECRETO N.º 293/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 45/V/4 - Supl., de 8 maio de 1991 - pág. - 1130- (2) -1130- (11)

LEI N.º 13/91, de 5 de junho - DR I S n.º 128

DECRETO N.º 302/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 28/V/4, de 23 de fevereiro de 1991 - pág. 823

ORIGEM: PPL n.º 176/V/4 (XI Governo Constitucional -1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho de menores, férias, trabalho em regime de comissão de serviço, período experimental, duração e organização do tempo de trabalho, de cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador e de salários em atraso

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR IS n.º 62/V/4, de 12 de abril de 1991 - pág. 2035

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 64/91, de 11 de abril - DR I S A n.º 84 - Supl.

DECRETO N.º 302/V (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 62/V/4 -2º Supl., de 1 de julho de 1991 - pág. 26-29

LEI N.º 42/91 de 27 de julho - DR I S A n.º 171

DECRETO Nº 317/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 46/V/4, de 15 de maio de 1991 - pág. 1135

ORIGEM: PJI nº 532/V/3 (PSD)

ASSUNTO: Baldios

VETO: Leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República – DAR IS nº 93/V/4, de 18 de abril de 1991 - pág.3109

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 240/91, de 28 de junho - DRISA nº 146

DECRETO Nº 335/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 61/V/4, de 25 de junho de 1991 - pág. 1435-1440

ORIGEM: PJI nº 554/V/3 (PSD), PJI nº 566/V/3 (PRD), PJI nº 573/V/3, (PS) PJI nº 581/V/3 (PCP), 713/V/4 (PCP) e PPL nº 187/V/4 (XI Governo Constitucional -1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Lei sobre objeção de consciência

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 363/91, de 3 de setembro - DRISA nº 202

LEI Nº 39/91, de 27 de julho - DR I S nº 171

DECRETO Nº 356/V

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 63/V/4, de 10 julho de 1991 - pág. 1465-1466

ORIGEM: PPL nº 165/V/4 (XI Governo Constitucional -1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Alteração à lei eleitoral das autarquias locais

VETO: Sem registo da leitura ou publicação da mensagem do Presidente da República

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 364/91, de 23 de agosto - DRISA nº 193

VI LEGISLATURA - (1991 - 1995)

Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares
(9 de março de 1986 – 9 de março de 1996)

DECRETO Nº 12/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 42/VI/1, de 5 de junho de 1992 - pág. 785-788

ORIGEM: PJP nº 78/VI/1 (PCP), PJP nº 88/VI/1 (PSD) e PJP nº 89/VI/1 (CDS-PP)

ASSUNTO: Autonomia do Ministério Público

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 54/VI/1, de 8 de agosto de 1992 - pág. 1064

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1989

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 254/92, de 31 de julho – DR I S n.º 175

LEI Nº 23/92, de 20 de agosto - DR I SA nº 191

DECRETO Nº 120/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 48/VI/2, de 22 de julho de 1993 - pág. 877-884

ORIGEM: PPL nº 44/VI/2 (XII Governo Constitucional - 1.º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Altera o estatuto dos magistrados judiciais

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 96/VI/2 de 19 de agosto de 1993 - pág. 3194 e publicação DAR II S A nº 51/VI/2 de 19 de agosto de 1993 - pág. 940

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 457/93, de 13 de setembro – DR I SA n.º 215

DECRETO Nº 148/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 30/VI/3, de 23 de março de 1994 - pág. 460-466

LEI Nº 10/94, de 5 de maio - DR I S A nº 104

DECRETO Nº 126/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 48/VI/2, de 22 de julho de 1993 - pág. 900-903

ORIGEM: PPL nº 60/VI/2 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Estabelece medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 96/VI/2, de 19 de agosto - pág. 3194 e publicação DAR II S A nº 51/VI/2, de 19 de agosto de 1993 - pág. 940

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 456/93, de 9 de setembro – DR I S A n.º 212

DECRETO Nº 146/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR S II S A n.º 28/VI/3, de 11 de março de 1994 - pág. 417-419

LEI Nº 36/94, de 29 de setembro - DR I S A n.º 226

DECRETO Nº 128/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 48/VI/2, de 22 de julho de 1993 - pág. 906-907

ORIGEM: PPL nº 68/VI/2 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Autoriza o Governo a alterar o regime legal do direito de asilo e o estatuto de refugiado

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 50/VI/2, de 11 de agosto de 1993 - pág. 930

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

DECRETO Nº 129/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 48/VI/2, de 22 de julho de 1993 - pág. 907-909

ORIGEM: PJI nº 181/VI/1 (PSD) e PJI nº 190/VI/1 (CDS/PP)

ASSUNTO: Segredo de Estado

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 96/VI/2, de 19 de agosto de 1993 - pág. 3194 e publicação DAR II S A nº 51/VI/2, de 19 de agosto de 1993 - pág. 940

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 458/93, de 17 de setembro – DR I S A n.º 219

DECRETO Nº 144/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 27/VI/3, de 5 de março de 1994 - pág. 408-409

LEI Nº 6/94, de 7 de abril - DR I S A n.º 81

DECRETO Nº 130/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 49/VI/2, de 30 de julho de 1993 - pág. 912-913

ORIGEM: PJP nº 267/VI/2 (PSD) e PJP nº 276/VI/2 (PCP)

ASSUNTO: Alteração à lei nº 86/89, de 8 de setembro - reforma do Tribunal de Contas

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 97/VI/2, de 25 de agosto de 1993 - pág. 3225 e publicação DAR II S A nº 52/VI/2, de 25 de agosto de 1993 - pág. 950

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 459/93, de 15 de setembro - DR I S A n.º 217

DECRETO Nº 145/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 27/VI/3, de 5 de março de 1994 - pág. 410-411

LEI Nº 7/94, de 7 de abril - DR I S A n.º 81

DECRETO Nº 161/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 45/VI/3, de 21 de maio de 1994 - pág. 782

ORIGEM: PPL nº 85/VI/3 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Estabelece a obrigatoriedade do porte de documento de identificação

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DR II S A nº 56/VI/3, de 22 de julho de 1994 - pág. 972

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 479/94, de 24 de agosto - DR I S A n.º 195

DECRETO Nº 191/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 15/VI/4, de 21 de janeiro de 1995 - pág. 167-168

LEI Nº 5/95, de 21 de fevereiro - DR I S A n.º 44

DECRETO Nº 174/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 55/VI/3, de 16 de julho de 1994 - pág. 957-958

ORIGEM: P JL nº 117/VI/1 (PCP), P JL nº 217/VI/2 (CDS/PP), P JL nº 223/VI/2 (PS), P JL nº 322/VI/2 (CDS/PP) e P JL 330/VI/2 (PSD)

ASSUNTO: Controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 59/VI/3, de 22 de setembro de 1994 - pág. 1100

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

DECRETO Nº 185/VI - (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 8/VI/4, de 9 de dezembro de 1994 - pág. 91-92

NOVO VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 23/VI/4, de 24 de fevereiro de 1995 - pág. 332

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 59/95, de 10 de março - DR I S A nº 59

DECRETO Nº 177/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 55/VI/3, de 16 de julho de 1994 - pág. 965-967

ORIGEM: PPL nº 99/VI/3 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Altera o Decreto-Lei nº 85-C/75, de 26 de fevereiro (lei de imprensa)

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 59/VI/3, de 22 de setembro de 1994 - pág. 1100-1101

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

DECRETO Nº 183/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 8/VI/4, de 9 de dezembro de 1994 - pág. 86-87

NOVO VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 58/VI/4, de 30 de março de 1995 - pág. 1914-1915 e publicação DAR II S A nº 31/VI/4, de 30 de março de 1995 - pág. 456

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 13/95, de 9 de fevereiro - DR II S nº 34

O Tribunal Constitucional decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas constantes do Decreto 183/VI

LEI Nº 15/95, de 25 de maio - DR I S nº 121

DECRETO Nº 178/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 55/VI/3, de 16 de julho de 1994 - pág. 967-970

ORIGEM: PPL nº 105/VI/3 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Altera a lei nº 30/84, de 5 de setembro (lei-quadro do sistema de informação da República Portuguesa)

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 59/VI/3, de 22 de setembro de 1994 - pág. 1101-1102

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

DECRETO Nº 184/VI (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 8/VI/4, 9 de dezembro de 1994 - pág. 88-91

NOVO VETO: Mensagem do Presidente da República - DAR II S A nº 11/VI/4, de 5 de janeiro de 1995

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

LEI Nº 4/95, de 21 de fevereiro - DR I S A nº 44

DECRETO Nº 266/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 57/VI/4, de 4 de agosto de 1995 - pág. 939-940

ORIGEM: PPL nº 131/VI/4 (XII Governo Constitucional - 1º Ministro Cavaco Silva)

ASSUNTO: Autoriza o Governo a legislar sobre o estatuto dos tribunais administrativos e fiscais

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 96/VI/4, de 22 de setembro de 1995 - pág. 3209 e publicação DAR II S A nº 59/VI/4, de 22 de setembro de 1995 - pág. 1054

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 472/95, de 6 de setembro - DR I S A nº 296

DECRETO Nº 271/VI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 57/VI/4, de 4 de agosto de 1995 - pág. 944

ORIGEM: PPL nº 580/VI/4 (PSD)

ASSUNTO: Suspende a eficácia do artigo 3º da lei nº 10/95, de 7 de abril (lei eleitoral para a Assembleia da República)

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 96/VI/4, de 22 de setembro de 1995 - pág. 3209 e publicação DAR II S A nº 59/VI/4, de 22 de setembro de 1995 - pág. 1054

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 139º da Constituição da República Portuguesa 1992

VII LEGISLATURA - (1995 - 1999)**Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares**

(9 de março de 1986 – 9 de março de 1996)

Jorge Fernando Branco de Sampaio (9 de março de 1996 – 9 de março de 2006)**DECRETO Nº 58/VII****PUBLICAÇÃO:** DAR II S A nº 7/VII/2, de 29 de novembro de 1996 - pág. 90**ORIGEM:** PJI nº 208/VII/1 (PSD), PJI nº 209/VII/1 (CDS/PP) e PJI nº 215/VII/1 (PCP)**ASSUNTO:** Criação de vagas adicionais no ensino superior**VETO:** Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 38/VII/2, de 13 de fevereiro de 1997 - pág. 1376 e publicação DAR II S A nº 20/VII/2, de 13 de fevereiro de 1997 - pág. 306**TIPO DE VETO:** Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1992**ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº1/97**, de 5 de março – DR I S A nº 54**DECRETO Nº 190/VII****PUBLICAÇÃO:** DAR II S A nº 6/VII/3 - 2º Supl., de 24 de outubro de 1997 - pág. 116 - (52) – 116 - (53)**ORIGEM:** PJI nº 94/VII/1 (PCP), PJI nº 137/VII/1 (PS) e PJI nº 143/VII/1 (PEV)**ASSUNTO:** Processo de criação e instituição das regiões administrativas**VETO:** Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 21/VII/3, de 18 dezembro de 1997 - pág. 750 e publicação DAR II S A nº 18/VII/3, de 19 de dezembro de 1997 - pág. 334**TIPO DE VETO:** Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 1997**ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 709/97**, de 20 de janeiro de 1998 - DR I S A nº 16**DECRETO Nº 223/VII (2ª versão)****PUBLICAÇÃO:** DAR II S A nº 43/VII/3, de 16 de abril de 1998 - pág. 1014-1015**LEI Nº 19/98**, de 28 de abril - DR I S A nº 98

DECRETO Nº 196/VII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 12/VII/3, de 20 de novembro de 1997 - pág. 218

ORIGEM: PJI nº 413/VII/3 (CDS/PP)

ASSUNTO: Reposição do IC1 entre Torres Vedras e Leiria e do IP6 entre Peniche e Santarém como vias sem portagem

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 37/VII/3, de 6 de fevereiro de 1998 - pág. 1226-1227

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 1997

DECRETO Nº 235/VII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 54/VII/3, de 28 de maio de 1998 - pág. 1172

ORIGEM: PPL nº 158/VII/3 (XIII Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Regras sobre publicação, identificação e formulário dos diplomas

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 81/VII/3, de 18 de junho de 1998 - pág. 2783-2784

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 1997

DECRETO Nº 283/VII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 14/VII/4, 23 de outubro de 1998 - pág. 208-212

LEI Nº 74/98, de 11 de novembro - DR I S A nº 261

DECRETO Nº 415/VII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 80/VII/4, de 16 de julho de 1999 - pág. 2296-2300

ORIGEM: PPL nº 135/VII/2 (XIII Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Regula as técnicas da procriação medicamente assistida

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 105/VII/4, de 2 de setembro de 1999 - pág. 3832 e publicação DAR II S A nº 82/VII/4, de 3 de agosto de 1999 - pág. 2316

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 1997

VIII LEGISLATURA - (1999 - 2002)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(9 de março de 1996 – 9 de março de 2006)

DECRETO Nº 25/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 58/VIII/1, de 14 de julho de 2000 - pág. 1836-1840

ORIGEM: P JL nº 119/VIII/1 (PCP), P JL nº 120/VIII/1 (PCP) e P PL nº 31/VIII/1 (IV Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 89/VIII/1, de 27 de julho de 2000 - pág. 17-18 e publicação DAR II S A nº 61/VIII/1, de 28 de julho de 2000 - pág. 1976

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 1997

DECRETO Nº 39/VIII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: - DAR II A S nº 13/VIII/2, de 9 de novembro de 2000 - pág. 259-263

LEI Nº 30/2000, de 29 de novembro - DR I S A nº 276

DECRETO Nº 146/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 79/VIII/2, de 24 de julho de 2001 - pág. 2538-2539

ORIGEM: AP nº 43/VIII/2 (PSD)

ASSUNTO: Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei nº 99/2001, de 28 de março que coloca as escolas superiores de enfermagem e de tecnologia de saúde pública sob tutela exclusiva do Ministério da Educação e procede à reorganização da sua rede, bem como cria os Institutos Politécnicos da Saúde de Coimbra, de Lisboa e do Porto

VETO: Mensagem do Presidente da República - publicação DAR II S A nº 3/VIII/3, de 26 de setembro de 2001 - pág. 32

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 1997

DECRETO Nº 185/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 26/VIII/3, de 19 de janeiro de 2002 - pág. 1328

ORIGEM: P PL nº 109/VIII/3 (IV Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Primeira alteração à lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, "lei de finanças das Regiões Autónomas"

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 32/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1229 e publicação DAR II S A nº 30/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1499

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 36/2002, de 22 de fevereiro - DR I S A nº 45

DECRETO Nº 189/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 26/VIII/3, de 19 de janeiro de 2002 - pág. 1331

ORIGEM: PPL nº 106/VIII/3 (IV Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Transpõe a Diretiva nº 2000/65/CE de 17 de Outubro, que altera a Diretiva nº 77/388/CEE de 17 de maio (6ª Diretiva), que introduz modificações em sede de IVA no que respeita à determinação do devedor do imposto

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 32/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1229 e publicação DAR II S A nº 30/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 pág.1507

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2001

DECRETO Nº 192/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 26/VII/3, de 19 de janeiro de 2002 - pág. 1334

ORIGEM: PPL nº 107/VIII/3 (IV Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Décima segunda alteração ao Código Penal, aprovado pelo decreto-lei nº 400/82, de 23 de Setembro, e alterado pela lei nº 6/84, de 11 de Maio, pelos Decretos - Leis nºs 132/93, de 23 de Abril, e 48/95, de 15 de Março, e pelas leis nºs 65/98, de 2 de Setembro, 7/2000, de 27 de Maio, 77/2001, de 13 de Julho, 97/2001, 98/2001, 99/2001 e 100/2001, de 25 de Agosto, e 108/2001, de 28 de Novembro

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 32/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1229 e publicação DAR II S A nº 30/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1507-1508

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2001

DECRETO Nº 197/VIII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 28/VIII/3, de 23 de janeiro de 2002 - pág. 1399

ORIGEM: PPL nº 101/VIII/3 (IV Governo Constitucional - 1º Ministro António Guterres)

ASSUNTO: Aprova o Código da Propriedade Industrial

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 32/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1229 e publicação DAR II S A nº 30/VIII/3, de 7 de fevereiro de 2002 - pág. 1508

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2001

IX LEGISLATURA - (2002 -2005)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(9 de março de 1996 – 9 de março de 2006)

DECRETO Nº 3/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 9/IX/1, de 29 de maio de 2002 - pág. 197

ORIGEM: PPL nº 4/IX/1 (XV Governo Constitucional – 1º Ministro Durão Barroso)

ASSUNTO: Segunda alteração à Lei n.º 31-A/98 de 14 de Julho, que aprova a Lei da Televisão, alterada pela lei n.º 8/2002, de 11 de Fevereiro

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 21/IX/1, de 20 de junho de 2002 - pág. 815 e publicação – DAR II S A n.º 14/IX/1, de 20 de junho de 2002 - pág. 1042

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 254/2002, de 27 de junho - DR I S A nº 146

DECRETO Nº 7/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 20/IX/1, de 10 de julho de 2002 - pág. 656

LEI Nº 18-A/2002, de 18 de julho - DR I S A nº 164 – Supl.

DECRETO Nº 18/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 46/IX/1, de 27 de novembro de 2002 - pág. 1472-1477

ORIGEM: PPL nº 6/IX/1 (XV Governo Constitucional – 1º Ministro Durão Barroso)

ASSUNTO: Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96 e cria o rendimento social de inserção

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República e publicação - DAR II S A nº 56/IX/1 – Supl., de 9 de janeiro de 2003 - pág. 2328-(2) - 2328-(15)

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 509/2002 de 12 de fevereiro - DR I S A nº 36

DECRETO Nº 34/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 75/IX/1, de 8 de março de 2003 - pág. 3184-3189

NOVO VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República e publicação - DAR I S n.º 104/IX/1, de 27 de março de 2003 - pág. 4344-4345 e DAR II S A nº 82/IX/1, de 28 de março de 2003 - pág. 3377-3378

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2001

DECRETO Nº 44/IX (3ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 92/IX/1, de 8 de maio de 2003 - pág. 3816-3822

LEI Nº 13/2003, de 21 de maio - DR I S A nº 117

DECRETO Nº 30/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 67/IX/1, de 8 de fevereiro de 2003 - pág. 2984-2990

ORIGEM: PPL nº 99/VIII/2 (Assembleia Legislativa Regional da Madeira)

ASSUNTO: Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro (revê, atualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico)

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 104/IX/1, de 27 de março de 2003 - pág. 4344 e publicação - DAR II S A nº 82/IX/1, de 28 de março de 2003 - pág. 3368-3377

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 131/2003, de 4 de abril - DR I S A nº 80

DECRETO Nº 43/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 92/IX/1, 8 de maio de 2003 - pág. 3810-3816

LEI Nº 16/2003, de 4 de junho - DR I S A nº 129

DECRETO Nº 50/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 96/IX/1, de 22 de maio de 2003

ORIGEM: PJP nº 202/IX/1 (PS)

ASSUNTO: Lei dos Partidos Políticos

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 137/IX/1, de 27 de junho de 2003 - pág. 5723 e publicação - DAR II S A nº 106/IX/1, de 28 de junho de 2003 - pág. 4263

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 304/2003, de 19 de julho - DR I S A nº 165

DECRETO Nº 131/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 119/IX/1, de 31 de julho de 2003 - pág. 4729-4733

LEI ORGÂNICA Nº 2/2003, de 22 de agosto - DR I S A n.º 193

DECRETO Nº 51/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 96/IX/1 - Supl., de 22 de maio de 2003 - pág. 3922- (2) - 3922- (102)

ORIGEM: PPL nº 29/IX/1 (XV Governo Constitucional - 1º Ministro Durão Barroso)

ASSUNTO: Aprova o Código do Trabalho

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S nº 139/IX/1, de 2 de julho de 2003 - pág. 5782 e publicação - DAR II S A nº 110/IX/1 - Supl., de 4 de julho de 2003 - pág. 4452- (2) - 4452- (48)

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 306/2003, de 18 de julho - DR I S A nº 164

DECRETO Nº 132/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 120/IX/1, de 2 de agosto de 2003 - pág. 4736-4835

LEI Nº 99/2003, de 27 de agosto - DR I S A nº 197

DECRETO Nº 76/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 114/IX/1, de 19 de julho de 2003 - pág. 4604

ORIGEM: PJP nº 310/IX/1 (PSD)

ASSUNTO: Quarta alteração à Lei nº 142/85, de 18 de Novembro, alterada pelas leis nºs 124/97, de 27 de Novembro, 32/98, de 18 de Julho, e 48/99, de 16 de junho – lei-quadro da criação de municípios

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 2/IX/2, de 19 de setembro de 2003 - pág. 60 e publicação - DAR II S A nº 2/IX/2, de 20 de setembro de 2003 - pág. 38

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2001

DECRETO Nº 157/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 38/IX/2, de 21 de fevereiro de 2004 - pág. 1933-1939

ORIGEM: PPL nº 100/IX/2 (XV Governo Constitucional – 1º Ministro Durão Barroso)

ASSUNTO: Aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 74/IX/2, de 15 de abril de 2004 - pág. 4000-4001e publicação - DAR II S A nº 52/IX/2, de 17 de abril de 2004 - pág. 2296-2314

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do nº 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2001

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 155/2004, de 22 de abril - DR I S A nº 95

DECRETO Nº 171/IX (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 63/IX/2, de 27 de maio de 2004 - pág. 2555-2560

LEI Nº 23/2004, de 22 de junho - DR I S A nº 145

DECRETO Nº 184/IX

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 70/IX/2, de 29 de junho de 2004 - pág. 2880-2897

ORIGEM: PPL nº 74/IX/1 (XV Governo Constitucional – 1º Ministro Durão Barroso); PJP 305/IX/1 (BE); PJP 306/IX/1 (PS); PJP 320/IX/1 (PCP) e PJP 321/IX/1 (PEV)

ASSUNTO: Lei das bases da educação

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 106/IX/2, de 28 de julho de 2004 - pág. 5685 e publicação - DAR II S A nº 79/IX/2, de 29 de julho de 2004 - pág. 3181-3182

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2004

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 74-A/2004 DE 19 DE Novembro ⁵

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 20/IX/3, de 3 de dezembro de 2004 - pág. 2 e DR I S A n.º 272 – Supl., de 19 de novembro de 2004

ORIGEM: PJR n.º 290/IX/3 (BE); PJR n.º 291/IX/3 (PCP) e PJR n.º 292/IX/3 (PSD), (PS) e (CDS-PP)

ASSUNTO: Referendo sobre a Constituição para a Europa

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 22/IX/3, de 7 de janeiro de 2005 - pág. 1413 e publicação - DAR II S A n.º 29/IX/3, de 8 de janeiro de 2005 - pág. 3

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade das propostas de referendo - nos termos do n.º 6 e 8 do artigo 115.º da Constituição da República Portuguesa 2004

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 704/2004, de 30 dezembro - DR I S A n.º 304 e DAR I S n.º 22 de 7 de janeiro de 2005

⁵ O Presidente da República requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade da proposta de referendo aprovada pela RAR n.º 74-A/2004 de 19 de Novembro. O Tribunal Constitucional considerou que a proposta de referendo não respeitava os requisitos de clareza na formulação da pergunta e concluiu pela não verificação da constitucionalidade e da legalidade do referendo proposto e devolve a Resolução à Assembleia da República.

X LEGISLATURA - (2005 - 2009)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(9 de março de 1996 – 9 de março de 2006) / Aníbal Cavaco Silva (9 de março de 2006 -)

DECRETO Nº 52/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 111/X/1 de 17, de maio de 2006 - pág. 3

ORIGEM: PJI n.º 221/X/1 (BE); PJI n.º 222/X/1 (BE); PJI n.º 223/X/1 (BE) e PJI n.º 224/X/1 (PS)

ASSUNTO: Lei da Paridade: Estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 132/X/1, de 8 de junho de 2006, - pág. 6057-6063 e publicação - DAR II S A n.º 120/X/1, de 14 de junho de 2006 - pág. 2-3

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 72/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 131/X/1, de 22 de julho de 2006 - pág. 10-12

LEI Nº 3/2006, de 21 de agosto – DR I S n.º 160

DECRETO Nº 121/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 85/X/2, de 28 de maio de 2007 - pág. 140

ORIGEM: PJI n.º 254/X/1 (BE) e PJI n.º 366/X/2 (PCP)

ASSUNTO: Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 104/X/2, de 12 de julho de 2007 - pág. 7-13 e publicação - DAR II S A n.º 117/X/2, de 23 de julho de 2007 - pág. 2-18

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 382/2007, de 27 de julho - DR I S n.º 144

DECRETO Nº 130/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 108/X/2, de 10 de julho de 2007 - pág. 4-20

ORIGEM: PPL n.º 76/X/1 (XVII Governo Constitucional – 1.º Ministro José Sócrates); PJI n.º 333/X/2 (PCP) e PJI n.º 342/X/2 (BE)

ASSUNTO: Primeira alteração à Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/X/2, de 7 de setembro de 2007 - pág. 4-7 e publicação - DAR II S A n.º 130/X/2 Supl., de 7 de setembro de 2007 - pág. 2-3

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 166/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 2/X/3, de 28 de setembro de 2007 - pág. 2-18

LEI Nº 64/2007, de 6 de novembro – DR I A n.º 213

DECRETO Nº 139/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 113/X/2, de 17 de julho de 2007 - pág. 59-61

ORIGEM: PPL n.º 85/X/1 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Altera a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário e o Regime Geral das Infrações Tributárias

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/X/2, de 7 de setembro de 2007 - pág. 7-9 e publicação - DAR II S A n.º 130/X/2, Supl., de 7 de setembro de 2007 - pág. 3-29

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 442/2007, de 11 de setembro - DRIS n.º 175

DECRETO Nº 150/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 124/X/2, de 2 de agosto de 2007 - pág. 2-7

ORIGEM: PPL n.º 85/X/1 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/X/2, de 7 de setembro de 2007 - pág. 9-13 e publicação - DAR II S A n.º 130/X/2, Supl., de 7 de setembro de 2007 - pág. 29-33

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 171/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 16/X/3, de 14 de novembro de 2007 - pág. 2-6

LEI Nº 67/2007, de 31 de dezembro – DR I S n.º 251

DECRETO Nº 160/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 126/X/2, de 4 de agosto de 2007 - pág. 3-16

ORIGEM: PPL n.º 138/X/2 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/X/2, de 7 de setembro de 2007 - pág. 13-19 e publicação - DAR II S A n.º 130/X/2 Supl., de 7 de setembro de 2007 - pág. 33-35

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 168/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 7/X/3, de 9 de outubro de 2007 - pág. 2-15

LEI Nº 63/2007, de 6 de novembro – DR I S n.º 213

DECRETO Nº 173/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 17/X/3, de 15 de novembro de 2007 - pág. 1- 49

ORIGEM: PPL n.º 152/X/2 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 32/X/3, de 10 de janeiro de 2008 - pág. 6

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 620/2007, de 14 de janeiro de 2008 - DR I S nº 9

DECRETO Nº 189/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 47/X/3 de 25 de janeiro de 2008 - pág. 2-57

LEI Nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro – DR I S n.º 41 Supl.

DECRETO Nº 204/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 87/X/3, de 28 de abril de 2008 - pág. 2-14

ORIGEM: PPL n.º 143/X/2 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova a orgânica da Polícia Judiciária

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 91/X/3, de 5 de junho de 2008 - pág. 6-9 e publicação - DAR II S A nº 108/X/3, de 5 de junho de 2008 - pág. 2-17

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 304/2008, de 18 de junho - DR I S nº 116

DECRETO Nº 219/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 130/X/3, de 10 de julho de 2008 - pág. 2-17

LEI Nº 37/2008, de 6 de agosto – DR I S n.º 151

DECRETO Nº 217/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 121/X/3, de 27 de junho de 2008 - pág. 6-130

ORIGEM: PPL n.º 169/X/3 (XVII Governo Constitucional – 1.º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

VETO: Leitura da mensagem do PR – DAR I S n.º 111/X/3, de 10 de setembro de 2008, - pág. 5-10 e publicação - DAR II S A n.º 152/X/3, de 10 de setembro de 2008 - pág. 3

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 402/2008, de 17 de agosto - DR I S n.º 158

DECRETO Nº 246/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 6/X/4, de 1 de outubro de 2008 - pág. 2-87

NOVO VETO: Leitura da mensagem do PR – DAR I S n.º 17/X/4, de 7 de novembro de 2008 - pág. 11-18 e publicação - DAR II S A n.º 19/X/4, de 28 de outubro de 2008 - pág. 2-3

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

LEI Nº 2/2009, de 12 de janeiro – DR I S n.º 7

DECRETO Nº 232/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 141/X/3, de 25 de julho de 2008 - pág. 10-21

ORIGEM: PJP n.º 486/X/3 (BE) e PJP n.º 509/X/3 (PS)

ASSUNTO: Altera o regime jurídico do divórcio

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 111/X/3, de 10 de setembro de 2008 - pág. 10-18 e publicação - DAR II S A n.º 152/X/3, de 10 de setembro de 2008 - pág. 3-6

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 245/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 4/X/4, de 26 de setembro de 2008 - pág. 2-14

LEI Nº 61/2008, de 31 de outubro – DR I S n.º 212

DECRETO Nº 255/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 34/X/4, de 28 de novembro de 2008 - pág. 18-379

ORIGEM: PPL n.º 216/X/3 (XVII Governo Constitucional – 1.º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova a revisão do Código do Trabalho

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 30/X/4, de 8 de janeiro de 2009, pág. 7-12

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade - nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 632/2008, de 1 de janeiro de 2009 - DR I S n.º 6

DECRETO Nº 262/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 61/X/4, de 26 de janeiro de 2009 - pág. 2-374

LEI Nº 7/2009, de 12 de fevereiro – DR I S n.º 30

DECRETO Nº 261/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 52/X/4, de 12 de janeiro de 2009 - pág. 2-7

ORIGEM: PJP n.º 562/X/3 (PS)

ASSUNTO: 15.ª alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio (Lei Eleitoral para a Assembleia da República)

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 43/X/4, de 6 de fevereiro de 2009, pág. 6-14 e publicação - DAR II S A nº 65/X/4, de 6 de fevereiro de 2009, pág. 2-4

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 265/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 67/X/4, de 11 de fevereiro de 2009 - pág. 2-18

ORIGEM: PPL n.º 215/X/3 (XVII Governo Constitucional – 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Aprova a lei do pluralismo e da não concentração nos meios de comunicação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, e à terceira alteração à Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 52/X/4, de 5 de março de 2009, pág. 7-15

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 280/X (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 103/X/4, de 24 de abril de 2009 - pág. 2-17

NOVO VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 82/X/4, de 21 de maio de 2009, pág. 8-15

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 285/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 116/X/4, de 18 de maio de 2009 - pág. 12-21

ORIGEM: PJP n.º 606/X/4 (PS e PSD)

ASSUNTO: Terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, que regula o regime aplicável ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S nº 91/X/4, de 15 de junho de 2009, pág. 9-15 e publicação - DAR II S A nº 133/X/4, de 15 de junho de 2009 - pág. 2-4

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO N.º 292/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 129/X/4, de 5 de junho de 2009 - pág. 3-10

ORIGEM: P JL n.º 102/X/1 (PSD) e P JL n.º 473/X/3 (PS)

ASSUNTO: Procede à primeira alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de abril (Segredo de Estado) e regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de segredo de Estado

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 101/X/4, de 9 de julho de 2009, pág. 8-14

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO N.º 349/X

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 168/X/4, de 28 de julho de 2009 - pág. 9-17

ORIGEM: P JL n.º 665/X/4 (PS)

ASSUNTO: Primeira alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, que adota medidas de proteção das uniões de facto

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 106/X/4, de 11 de setembro de 2009, pág. 4-11

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto – nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

XI LEGISLATURA - (2009 - 2011)

Presidente da República - Aníbal Cavaco Silva (9 de março de 2006 -)

DECRETO Nº 1/XI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 12/XI/1, de 11 de dezembro de 2009 - pág. 2

ORIGEM: PJP n.º 10/XI/1 (BE), PJP n.º 35/XI/1 (PSD) e PJP n.º 47/XI/1 (CDS-PP)

ASSUNTO: Revoga o artigo 148.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, (Orçamento do Estado para 2007), que cria as taxas moderadoras para o acesso ao internamento e ao ato cirúrgico em ambulatório, e revoga o artigo 160.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, (Orçamento do Estado para 2009), que altera o valor da taxa moderadora para acesso ao ato cirúrgico em ambulatório

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S 18/XI/1, de 7 de janeiro de 2010 - pág. 8 - 17

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 68/XI

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 49/XI/2, de 14 de dezembro de 2010 - pág. 2 - 5

ORIGEM: PJP 319/XI/1 (BE) e PPL n.º 37/XI/1 (XVIII Governo Constitucional - 1º Ministro José Sócrates)

ASSUNTO: Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S 37 XI/2, de 13 de janeiro de 2011 - pág. 8 - 16

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto - nos termos do n.º 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa 2005

LEI Nº 7/2011, de 15 de março - DR I S n.º 52

XII LEGISLATURA - (2011 - 2015)

Presidente da República - Aníbal Cavaco Silva (9 de março de 2006 -)

DECRETO Nº 37/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 128/XII/1, de 27 de fevereiro de 2012 - pág. 2-8

ORIGEM: P JL n.º 4/XII/1 (BE), P JL n.º 5/XII/1 (BE), P JL n.º 11/XII/1 (PCP) e P JL n.º 72/XII/1 (PSD e CDS-PP)

ASSUNTO: Enriquecimento ilícito.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S 97/XII/1, de 19 de abril de 2012 - pág. 4 - 8 e publicação - DAR II S A n.º 165/XII/1, de 18 de abril de 2012 - pág. 3-23

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 179/2012, de 19 de abril - DR I S n.º 78

DECRETO Nº 60/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 205/XII/1 Supl., de 5 de julho de 2012 - pág. 3-12

ORIGEM: P JL n.º 120/XII/1 (PSD e PS)

ASSUNTO: Reorganização administrativa de Lisboa

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S 135/XII/1, de 26 de julho de 2012 - pág. 5 - 11 e publicação - DAR II S A n.º 222/XII/1, de 5 de setembro de 2012 - pág. 3-3

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 90/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 22/XII/2, de 25 de outubro de 2012 - pág. 2-11

LEI Nº 56/2012, de 8 de novembro - DR I S n.º 216

DECRETO Nº 61/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 212/XII/1, de 18 de julho de 2012 - pág. 2-6

ORIGEM: P JL n.º 169/XII/1 (PS) e P JR n.º 208/XII/1 (CDS-PP)

ASSUNTO: Estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S 136/XII/1, de 13 de setembro de 2012 - pág. 7 - 11 e publicação - DAR II S A n.º 222/XII/1, de 5 de setembro de 2012 - pág. 3 - 4

TIPO DE VETO: Veto político. Promulgação e veto nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

DECRETO Nº 114/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 66/XII/2 - Supl., de 16 de janeiro de 2012 - pág. 2-7
LEI Nº 13/2013, de 31 de janeiro – DR I S n.º 22

DECRETO Nº 128/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 104/XII/2, de 21 de março de 2013 - pág. 2-23

ORIGEM: PJP n.º 236/XII/1 (PS) e PPL n.º 84/XII/1 (XIX Governo Constitucional – 1º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S 84/XII/2, de 3 de maio de 2013 – pág. 36

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 781/2013, de 16 de dezembro - DR I S nº 243

DECRETO Nº 170/XII/2 (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 183/XII/2, de 2 de agosto de 2013 - pág. 50-71

LEI Nº 74/2013, de 6 de setembro – DR I S n.º 172

DECRETO Nº 132/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 112/XII/2, de 2 de abril de 2013 - pág. 2-59 e DAR II S A n.º 116/XII/2 - Supl., de 10 de abril de 2013 - pág. 2-3

ORIGEM: PPL n.º 104/XII/2 (XIX Governo Constitucional - 1º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Estabelece o regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S 98/XII/2, de 6 de junho de 2013 – pág. 2-3 e publicação – DAR II S A n.º 147/XII/2, de 5 de junho de 2013 – pág. 3-31

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 296/2013, de 19 de junho - DR I S nº 116

DECRETO Nº 178/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 183/XII/2 – 2.º Supl., de 2 de agosto de 2013 - pág. 2-125

LEI Nº 75/2013, 12 de setembro – DR I S n.º 176

DECRETO Nº 136/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 121/XII/2, de 19 de abril de 2013 – pág. 46

ORIGEM: PJI n.º 396/XII/2 (PSD e CDS-PP)

ASSUNTO: Revoga disposições da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis nos 156/2004, de 30 de junho, 9/2007, de 17 de janeiro, 114/2008, de 1 de julho, 48/2011, de 1 de abril, e 204/2012, de 29 de agosto, e do Código Administrativo.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S 98/XII/2, de 6 de junho de 2013 – pág. 2 – 3 e publicação – DAR II S A n.º 147/XII/2, de 5 de junho de 2013 – pág. 3-31

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 296/2013, de 19 de junho - DR I S nº 116

DECRETO Nº 177/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 183/XII/2, de 2 de agosto de 2013 - pág. 128-149

ORIGEM: PPL n.º 154/XII/2 (XIX Governo Constitucional - 1º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nova alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 118/XII/2, de 12 de setembro de 2013 pág. 4 – 12 e publicação – DAR II S A n.º 187/XII/2, de 11 de setembro de 2013 – pág. 3-76

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 474/2013, de 17 de setembro - DR I S n.º 179

DECRETO Nº 184/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 21/XII/3, de 8 de novembro de 2013 – pág. 2-22

LEI Nº 80/2013, 28 de novembro - DR I S n.º 231

DECRETO Nº 187/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 22/XII/3, de 11 de novembro de 2013 - pág. 2-8

ORIGEM: PPL n.º 171/XII/2 (XIX Governo Constitucional - 1.º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 33/XII/3, de 9 de janeiro de 2014 pág. 5 - 9.

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 862/2013, de 7 de janeiro de 2014 - DR I S n.º 4

DECRETO Nº 202/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 58/XII/3 - Supl., de 30 de Janeiro de 2014 - pág. 2-7

LEI Nº 11/2014, de 6 de março - DR IS n.º 46

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Nº 6-A/2014 DE 20 DE JANEIRO 6

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 50/XII/3, de 17 de janeiro de 2014 - pág. 3 e DR I S n.º 13-Supl., de 20 de Janeiro de 2014

ORIGEM: PJR n.º 857/IX/3 (PSD)

ASSUNTO: Propõe a realização de um referendo sobre a possibilidade de co adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casadas ou unidos de facto

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República - DAR I S n.º 52/XII/3, de 21 de fevereiro de 2014 - págs. 3-7 e publicação - DAR II S A n.º 71/XII/3, de 21 de fevereiro de 2014 - pág. 2-26

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade das propostas de referendo - nos termos do n.º 6 e 8 do artigo 115.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 176/2014, de 4 de março - DAR I S n.º 44

⁶ O Presidente da República requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade da proposta de referendo aprovada pela Resolução n.º 6-A/2014, de 20 de janeiro da Assembleia da República. Consequentemente, o Tribunal considerou que a proposta de realização de referendo não respeitava os requisitos constitucionais e legais exigidos.

DECRETO Nº 262/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 149/XII/3 - Supl., de 25 de julho de 2014 - pág. 68-72

ORIGEM: PPL n.º 236/XII/3 (XIX Governo Constitucional - 1º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-lei n.º 137/, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 108/XII/3, de 3 de setembro de 2014 pág. 3 – 13 e publicação – DAR II S A n.º 157/XII/3, de 20 de agosto de 2014 – pág. 2-35

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 575/2014, de 3 de setembro - DAR I S n.º 169

DECRETO Nº 264/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 149/XII/3, de 25 de julho de 2014 - pág. 73-77

ORIGEM: PPL n.º 239/XII/3 (XIX Governo Constitucional - 1º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 108/XII/3, de 3 de setembro de 2014 pág. 13 – 14 e publicação – DAR II S A n.º 157/XII/3, de 20 de agosto de 2014 – pág. 35 - 65

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 574/2014, de 3 de setembro - DAR I S n.º 169

DECRETO Nº 275/XII (2ª versão)

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 164/XII/3, de 2 de setembro de 2014 – pág. 2-6

LEI Nº 75/2014, de 12 de setembro - DR IS n.º 176

DECRETO Nº 320/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 89/XII/4, de 5 de março de 2015 - pág. 28-40

ORIGEM: PPL n.º 246/XII/3 (XIX Governo Constitucional - 1.º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada.

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 68/XII/4, de 2 de abril de 2015 pág. 3 e publicação – DAR II S A n.º 105/XII/4, de 1 de abril de 2015 – pág. 3

TIPO DE VETO ⁷: Veto político. Promulgação e veto nos termos do n.º 1 do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa 2005

LEI Nº 49/2015, de 5 de junho - DR IS n.º 109

DECRETO Nº 369/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A n.º 154/XII/4, de 24 de junho de 2015 - pág. 9-15

ORIGEM: PJI n.º 798/XII/4 (PSD e CDS-PP)

ASSUNTO: Enriquecimento injustificado (Trigésima sétima alteração ao Código Penal, sétima alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, terceira alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de julho, vigésima quarta alteração ao Código de Processo Penal, quinta alteração à Lei n.º 36/94, de 29 de setembro, sexta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, terceira alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, quarta alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto e sexta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril)

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/XII/4, de 10 de setembro de 2015 pág. 3 e publicação - DAR II S A n.º 184/XII/4, de 9 de setembro de 2015 – pág. 2-26

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 377/2015, de 2 de agosto - DR I S n.º 156

⁷ Após o veto, o Decreto n.º 320/XII é novamente reapreciado e confirmado por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, na sessão de 8 de maio de 2015 – DR I S n.º 84/XII/4 – pág. 3-8 e 36.

Em mensagem fundamentada, o Presidente da República promulga como lei o decreto mencionado - leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 91/XII/4, de 28 de maio de 2015 pág. 4 e publicação – DAR II S A n.º 138/XII/4, de 27 de maio de 2015 – pág. 3

DECRETO Nº 426/XII

PUBLICAÇÃO: DAR II S A nº 177/XII/4, de 31 de julho de 2015 - pág. 592-729

ORIGEM: P JL n.º 935/XII/4 (PSD e CDS-PP), P JL n.º 999/XII/4 (PS) e P PL n.º 345/XII/4 (XIX Governo Constitucional - 1.º Ministro Pedro Manuel Mamede Passos Coelho)

ASSUNTO: Regime jurídico do Sistema de Informações da República Portuguesa (revoga as Leis n.ºs 30/84, de 5 de setembro, e 9/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de julho, e 254/95, de 30 de setembro)

VETO: Leitura da mensagem do Presidente da República – DAR I S n.º 110/XII/4, de 10 de setembro de 2015 pág. 3 e publicação – DAR II S A n.º 184/XII/4, de 9 de setembro de 2015 – pág. 27-77

TIPO DE VETO: Veto por inconstitucionalidade. Fiscalização preventiva da constitucionalidade nos termos do n.º 1 do artigo 278.º da Constituição da República Portuguesa 2005

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL nº 403/2015, de 17 de setembro - DR I S n.º 182

QUADROS**I LEGISLATURA - (1976 - 1980)**

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(1976-1986)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	538
PPL	383
RAT	334
Decreto	322
Decreto Vetado	10
Veto Político	4
Veto por Inconstitucionalidade	6

II LEGISLATURA - (1980 - 1983)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(1976-1986)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	399
PPL	143
RAT	240
Decreto	102
Decreto Vetado	6
Veto Político	4
Veto por Inconstitucionalidade	2

III LEGISLATURA - (1983 - 1985)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(1976-1986)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	542
PPL	119
RAT	174
Decreto	260
Decreto Vetado	1
Veto Político	1

IV LEGISLATURA - (1985 - 1987)

Presidente da República - António Ramalho Eanes
(1976-1986) / Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1986-1996)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	446
PPL	55
RAT	160
Decreto	90
Decreto Vetado	3
Veto Político	2
Veto por Inconstitucionalidade	1

V LEGISLATURA - (1987 - 1991)

Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares
(1986-1996)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	790
PPL	204
RAT	191
Decreto	416
Decreto Vetado ⁸	11
Veto Político	2
Veto por Inconstitucionalidade	9

VI LEGISLATURA - (1991 - 1995)

Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares
(1986-1996)

PJL / PPL / RAT / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	599
PPL	137
RAT	152
Decreto	283
Decreto Vetado ⁸	12
Veto Político	5
Veto por Inconstitucionalidade	7

⁸ Não foram contabilizados os vetos à 2ª e 3ª versões dos decretos novamente apreciados.

VII LEGISLATURA - (1995 - 1999)

Presidente da República - Mário Alberto Nobre Lopes Soares
(1986-1996) / Jorge Fernando Branco de Sampaio (1996-2006)

PJL / PPL / RAT / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	693
PPL	288
AP	74
RAT	39
Decreto	477
Decreto Vetado ⁸	5
Veto Político	3
Veto por Inconstitucionalidade	2

VIII LEGISLATURA - (1999 - 2002)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(1996-2006)

PJL / PPL / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	538
PPL	112
AP	58
Decreto	198
Decreto Vetado ⁸	6
Veto Político	5
Veto por Inconstitucionalidade	1

⁸ Não foram contabilizados os vetos à 2ª e 3ª versões dos decretos novamente apreciados.

IX LEGISLATURA - (2002 - 2005)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(1996-2006)

PJL / PPL / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	544
PPL	159
AP	84
Decreto	250
Decreto Vetado ^{8 9}	9
Veto Político	2
Veto por Inconstitucionalidade	7

X LEGISLATURA - (2005 - 2009)

Presidente da República - Jorge Fernando Branco de Sampaio
(1996-2006) / Aníbal Cavaco Silva (2006- ...)

PJL / PPL / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	910
PPL	299
AP	126
Decreto	380
Decreto Vetado ⁸	16
Veto Político	10
Veto por Inconstitucionalidade	6

⁸ Não foram contabilizados os vetos à 2ª e 3ª versões dos decretos novamente apreciados.

⁹ Na presente contagem, optou-se por incluir, como decreto vetado, o veto por inconstitucionalidade relativo às normas contantes da Resolução da Assembleia da República n.º 74-A/2004, de 14 de novembro.

XI LEGISLATURA - (2009 - 2011)

Presidente da República - Aníbal Cavaco Silva (2006- ...)

PJL / PPL / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	624
PPL	60
AP	100
Decreto	118
Decreto Vetado ⁸	2
Veto Político	2

XII LEGISLATURA - (2011 - 2015)

Presidente da República - Aníbal Cavaco Silva (2006- ...)

PJL / PPL / AP / Decreto / Decreto Vetado

INICIATIVAS	TOTAL
PJL	1050
PPL	346
AP	150
Decreto	465
Decreto Vetado ^{8 10}	14
Veto Político	3
Veto por Inconstitucionalidade	11

⁸ Não foram contabilizados os vetos à 2ª e 3ª versões dos decretos novamente apreciados.

Sendo: **PPL** = proposta de lei
PJL = projeto de lei
AP = apreciação parlamentar
RAT = pedido de ratificação de Decretos-Leis

¹⁰ Na presente contagem, optou-se por incluir, como decreto vetado, o veto por inconstitucionalidade relativo às normas contantes Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014, de 20 de janeiro.

